

Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 344 - 6º andar CEP 01014-000 - São Paulo - SP CNPJ 60.850.229/0001-47

MATRIZ:

Tel.: (11) 3327-9000 - Fax: (11) 3048-5132

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e semestre findo em 31 de dezembro de 2010, juntamente com o parecer dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. No ano de 2008 o Banco incorporou integralmente as empresas Galo S.A. e Dial Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e colaboradores o estreitamento dos laços de parcería e confiança. São Paulo, 15 de março de 2011.

ATIVO			DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais) PASSIVO		
AIIVO			FAGGIVO		
	2010	2009		2010	2009
CIRCULANTE	348.281	379.594	CIRCULANTE		614.250
Disponibilidades	95	1.614	Depósitos		461.640
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.539	28.997	Depósitos à vista		1.184
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		28.912	Depósitos interfinanceiros		446.244
Carteira própria	-	8.101	Depósitos a prazo		14.212
Vinculados à prestação de garantias	-	20.811	Captações no mercado aberto - Carteira Própria		62.002
Relações interfinanceiras		1.118	Relações interfinanceiras - Obrigações com os participantes de sistema		
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		22	_ de liquidação		9
Relações com correspondentes	1.832	1.096	Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros		646
Relações interdependências - Transferências internas de recursos		111	Obrigações por empréstimos - Empréstimos no exterior		75.250
Operações de crédito		303.472	Outras obrigações		14.703
Operações de crédito - setor privado		385.156	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		242
Provisão para perdas com operações de crédito	(37.452)	(81.684)	Fiscais e previdenciárias		934
Outros créditos	690	2.345	Negociação e intermediação de valores	390	10
Negociação e intermediação de valores	-	35	Diversas	8.665	13.517
Diversos	690	2.310			
Outros valores e bens	9.118	13.025			
Outros valores e bens	198	331			
Despesas antecipadas	8.920	12.694	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	348.084	213.444
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	469.685	467.055	Depósitos	217.553	48.478
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	47.452	135.427	Depósitos interfinanceiros	212.162	45.693
Carteira própria	41.070	54.847	Depósitos a prazo	5.391	2.785
Vinculados a compromissos de recompra	-	62.141	Obrigações por empréstimos - Empréstimos no exterior	32.160	70.545
Vinculados à prestação de garantias	6.382	18.439	Outras obrigações	98.371	94.421
Operações de crédito	337.099	236.292	Fiscais e previdenciárias	80.033	70.301
Operações de crédito - setor privado	352.559	249.525	Diversas	18.338	24.120
Provisão para perdas com operações de crédito	(15.460)	(13.233)			
Outros créditos	77.313	74.219			
Diversos	77.313	74.893			
Provisão para perdas com outros créditos	_	(674)	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	19.367	13.496
Outros valores e bens	7.821	21.117			
Outros valores e bens		228			
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(151)	(228)			
Despesas antecipadas	7.821	21.117	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.653	30.373
PERMANENTE		24.914	Capital social	200.342	120.342
Investimentos	10.156	8.096	Reservas de capital		674
Participações em controladas - no País	10.156	8.096	Reservas de reavaliação		316
Outros investimentos	59	59	Ajustes de avaliação patrimonial		(26)
Provisão para perdas em investimentos		(59)	Prejuízos acumulados		(90.933)
Imobilizado de uso		3.804	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(,	(/
Imóveis de uso	207	207			
Reavaliações de imóveis de uso		804			
Outras imobilizações de uso		5.838			
Depreciações acumuladas		(3.045)			
Diferido		(3.043)			
Gastos de organização e expansão	1.057	1.110			
Amortização acumulada	(596)	(466)			
Intangível		12.370			
Outros ativos intangíveis		17.103			
Amortização acumulada					
TOTAL DO ATIVO		(4.733)	TOTAL DO PASSIVO	842 872	871.563
IOIAL DO ATIVO	842.873	871.563	TOTAL DO FASSIVO	. 072.073	37 1.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PÁRA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (Em milhares de reais)

			- (
	Capital social	Aumento de Capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	120.342	-	763	351	200	(53.737)	67.919	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(226)	-	(226)	'
Absorção de prejuízo com reserva	-	-	(89)	-	-	89	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(35)	-	24	(11)	
Prejuízo do exercício						(37.309)	(37.309)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	120.342		674	316	(26)	(90.933)	30.373	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	120.342	-	674	316	(26)	(90.933)	30.373	
Homologação de aumento de capital - AGE de 24/05/10 e de 30/06/10	80.000	-	-	-	-	-	80.000	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	15	-	15	
Baixa de subvenção para investimento	-	-	(674)	-	-	-	(674)	(
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(28)	-	40	12	
Prejuízo do exercício						(28.073)	(28.073)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	200.342			288	(11)	(118.966)	81.653	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	160.342	40.000	674	298	(32)	(106.777)	94.505	(
Homologação de aumento de capital - AGE de 24/05/10 e de 30/06/10	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	
Baixa de subvenção para investimento	-	-	(674)	-	-	-	(674)	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	21	-	21	'
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(10)	-	15	5	
Prejuízo do semestre						(12.204)	(12.204)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	200.342			288	(11)	(118.966)	81.653	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1. CONTEXTO OPERACIONAL O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são condu-zidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições as puede de certarias especiales de administrativa e a consequence de certarias especiales. instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. Parte das captações vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A., e de empréstimos no exterior com o Société Générale Paris. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil — BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro — COSIF. Foram efetuadas reclassificações na demonstração dos Fluxos de Caixa e notas explicativas de 31 de dezembro de 2009 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2010, relativos à classificação dos títulos e valores mobiliários, variação cambial e passivo diferido. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN a). CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração do fluxos de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e) CPC 05 - Divulgação de patres relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e) CPC 05 - Divulgação de patres relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e) CPC 05 - Divulgação de patres relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.804/08; c) CPC 05 - Divulgação de patres relacionados - homologado pela Resolução BACEN nº 3.804/08; c) CPC 05 - Divulgação de patres relacionados e stratos estratos de patres de serior de patres de serior de patres d As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emana-

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, ob-servando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de naservando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos et passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços, b) Aplicações interfinanceiras de líquidez - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. c) Caixa e equivalentes de caixa - São expresentados por disconbilidades em moeta acional, moeta estrangeira aplicações por mercado representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e em aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aberto e em aplicações em depositos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresente risco insignificante de mudança de valor justo, e que sejam utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam: *Títulos para negociação; *Títulos disponíveis para venda; e *Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda; e a valor de fações de la data dos halações pelo seu valor de mercado e os classificados como acas venda; e se a valor de mercado e os classificas como cara venda; e a cara venda; para venda" são avaliados, nas datas dos balancos, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balancos. Os aiustes a valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são designados como parte de

uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são compostos apenas por operações no mercado futuro e são avaliados pelo valor de mercado, sendo o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: 1 - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou de desvalorização de registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa. no resultado: e desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e desvalorização e registrada em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. e) Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito - As operações de crédito - Sa operações de serdito - As operações de serdito - As operações de serdito - As operações de vencidos a de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações desastificadas no nível H permaneçem nessa classificação nor resis meses quando então são hajvadas classificadas no nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurancontra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating"
que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas
contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são somente reconhecidos como receita somente quando
efetivamente recebidos. Também foi constituído provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito com coobrigação registrados na rubrica "Outras Obrigações". 1) Investimentos - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência
patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas,
quando aplicável. g) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa nº. 12 e compatíveis com
o tempo estimado da vida útil econômica dos bens. h) Diferido - É demonstrado pelo custo de aquisição. o tempo estimado da vida útil econômica dos bens. h) Diferido - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguéis. i) Intangível - Está representado pelo ágio pago pela Galo S.A. na aquisção do Banco, liquido de provisão o ara incororação, de forma a remanescer o montante do benefício fiscal a ser auferido pelo de provisad para incorporação, de forma a tentantescer o montante do beriente de aquisição ou formação das licenças de uso para os softwares. A amortização é feita pelo método linear pelo prazo de dez anos para o ágio e pelo prazo de cinco anos para os softwares. j) Valor de recuperação dos ativos - Os ativos não monetários estão sujeitos a avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior freqüência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. k) Atualização monetária de direitos e obrigações - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balancos. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do dos ate as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações sad refletidas no resilidad do período. I) Depósitos e obrígações por empréstimos - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata dia". m) Contingências - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes — pão são reconhecidos nas demonstrações financeiras exceto quando de existência de evidêngentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente seguirança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e "Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente da avaliação de risco do desfecho ou cauDEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

DE 2010 - (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)						
	201		2009			
	2º semestre	Exercício	Exercício			
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	101.792	219.106	203.224			
Operações de crédito	100.750	209.615	233.567			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.725	14.344	20.716			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.683)	(4.853)	(51.059)			
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(50.521)	(124.783)				
Operações de captações no mercado	(29.692)	(59.152)	(51.535)			
Operações de empréstimos e repasses	875	33.084				
Provisão para perdas com operações de crédito	(21.704)	(60.214)	(128.336)			
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	51.271	94.323	56.437			
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(59.541)		<u>(116.154)</u>			
Rendas de tarifas bancárias	9.663	6.608				
Despesas de pessoal	(3.424)	(4.604)	(2.826)			
Outras despesas administrativas	(58.494)	(113.875)	(113.519)			
Resultado de participações em controlada	1.514	2.060	548			
Despesas tributárias	(1.512)	(2.563)	(1.543)			
Outras receitas operacionais	6.405	12.369	9.684			
Outras despesas operacionais	(13.693)	(24.732)	(15.106)			
RESULTADO OPERACIONAL	(8.270)	(22.109)	(59.717)			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(144)	527	800			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO						
SOBRE O RESULTADO	(8.414)	(21.582)	<u>(58.917)</u>			
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO						
SOCIAL	(3.790)	(6.491)	21.608			
Provisão de Imposto de Renda	(2.759)	(4.007)	-			
Provisão de Contribuição Social	(1.662)	(2.356)	-			
Ativo fiscal diferido	631	(128)	21.608			
PREJUÍZO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		(28.073)	(37.309)			
PREJUÍZO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - R\$	(1,20)	(2,77)	(19,39)			
As notas explicativas são parte integrante das dem	onstrações fin	anceiras.				

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCICIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE

	2º Semestre		xercício
	2010	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:			Reclassificade
PREJUIZO LIQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCICIO	(12.204)	<u>(28.073)</u>	(37.309
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:	0.500	- 0-4	
Depreciações e amortizações	2.566	5.054	5.07
Reversão de provisão do ágio	(1.241)	(2.482)	(2.482
Provisão para desvalorização de bens não uso próprio	(34)	(77)	9
Provisão para perdas em investimento		-	(281
Provisão para contingências	6.370	12.517	9.81
Resultado de participação em controlada	(1.514)	(2.060)	(548
Provisão para perdas com operações de crédito Variação cambial e marcação a mercado das obrigações	21.704	60.214	128.33
por empréstimos	(2.379)	(2.097)	(45.276
Subvenção para investimento	(674)	(674)	
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(631)	128	(21.608
_ucro líquido ajustado	11.963	42.450	35.82
/ariação de ativos e passivos: Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de			
liquidez	(12.990)	13.924	(27.779
Redução em títulos e valores mobiliários	120.554	116.914	48.93
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras	32	(901)	58
Redução (Aumento) em relações interdependências	630	190	(1.959
Aumento em operações de crédito	(140.187)	(177.368)	(266.722
(Aumento) em outros créditos	(2.176)	(1.567)	(2.15
Redução (Aumento) em outros valores e bens	9.028	17.280	(9.89
Aumento (Redução) em depósitos	(38.005)	45.722	171.79
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	-	(62.002)	62.00
Redução em outras obrigações	(3.297)	(6.188)	(10.909
Redução em obrigações por empréstimos	(78.475)	(73.873)	(41.718
Aumento em resultado de exercícios futuros	2.521	5.870	11.27
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (APLICADO NAS)			
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(130.402)	(79.549)	(30.72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de investimentos	-	-	29
Alienação de bens não de uso próprio	-	-	14
Aquisição de bens não de uso próprio	-	-	(140
Aquisição de imobilizado de uso	(346)	(959)	(1.43
Alienação de imobilizado de uso	258	599	14
(Aplicações) alienação no diferido	-	(41)	
Aplicações no intangível	(480)	(104)	(263
CAÍXA LÍQUIDO USÃDO NAS ATIVIDADES DE			
INVESTIMENTO	(568)	(505)	(1.25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de capital social		80.000	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS)			
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		80.000	
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO	(130.970)	(54)	(31.97
SEMESTRE/ EXERCÍCIO	133.748	2.832	34.81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO			
SEMESTRE/ EXERCÍCIO	2.778	2.778	2.83

sa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legisla-ção vigente. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. n) Imposto de renda e contribui-ção social - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a RS 240. A contribuição exceia para de sobre o lucro facula de acrescidado de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a RS 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
2010	2009
Disponibilidades 95	1.614
Aplicações em depósitos interfinanceiros (igual ou inferior a 90 dias) 2.683	1.218
Total	2.832

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
Em 31 de dezembro de 2010, estão representadas por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 16.539 (R\$ 28.997 em 2009).

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor d			DERIVATIV	os
a) Composição por categoria, tipo de paper, valor d	20		200	09
	Valor de	Valor de	Valor de	Valor de
	curva	mercado	curva	mercado
Carteira Própria	41.086	41.070	62.967	62.948
Títulos disponíveis para venda	41.086	41.070	62.967	62.948
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	41.086	41.070	62.967	62.948
Vinculados à operações compromissadas:	-	-	62.159	62.141
Títulos disponíveis para venda	-		62.159	62.141
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	62.159	62.141
Vinculados à prestação de garantias	6.385	6.382	39.256	39.250
Títulos disponíveis para venda	6.385	6.382	39.256	39.250
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.385	6.382	18.539	18.533
Certificado de Depósito Bancário - CDB			20.717	20.717

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e o valor da curva nela BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (taxa de juros no mercado futuro de DI). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC e os títulos privados na Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

b) Composição por prazo de vencimento		
b) composição por prazo do voriolmento	2010	2009
A vencer de 3 a 12 meses		28.912
A vencer de 1 a 3 anos	47.452	135.427
Total	47.452	164.339
c) Composição por emissor		
, , , ,	2010	2009
Títulos disponíveis para venda	47.452	164.339
Públicos - Governo Federal	47.452	143.622
Privado - Banco Santander (Brasil) S.A.		20.717
Total	47.452	164.339

d) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados através de sistemas de controles, estabele cimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas. Os instrumentos financeiros derivativos são de alta liquidez nos mercados futuros, e são

Banco Pecúnia S.A.

MATRIZ:

Rua Boa Vista, 344 - 6º andar CEP 01014-000 - São Paulo - SP CNPJ 60.850.229/0001-47 Tel.: (11) 3327-9000 - Fax: (11) 3048-5132 www.bancopecunia.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - (Em milhares de reais)

avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários, em atendimento à metodologia descrita na Circular nº. 3.082/01 do BACEN. A seguir, demonstramos os valores registrados em contas do ativo, passivo e compensação, segregados por indexador, faixas de vencimento, valores de mercado e contábil. Os instrumentos financeiros derivativos são negociados na BM&FBOVESPA.
 Valor a receber (pagar)

 2010
 2009

 Passivo
 Ativo
 I

 - (390)
 35
 Ativo 35 Ativo Passivo (10) <u>Operações</u> Compra de futuros (*).. (*) Valores registrados na rubrica "Negociação e intermediação de valores" Os contratos de futuros têm os seguintes vencimentos, com base nos valores de referência e de mercado 2010 Valor de mercado Valor de de contratos referência Até 360 dias mercado 37.771 37.771 2009 Valor de mercado Até 360 Acima de Quantidade 360 dias 38.633 FUTURO - DÓLAR. 1.315 115.737 O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos, utilizados para hedge dos emprésti-mos em moeda estrangeira, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 Instrumentos financeiros derivativos - Futuro 2009 (208.499) (208.499) Instrumentos financeiros derivativos - Futuro. A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financei ros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 6.072 (R\$ 18.439 em 2009) Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge", por indexador, eram representados como segue
- "Hedge" de risco de mercado Valor de curva Valor a mercado Ajuste a mercado Empréstimos no exterior - Variação Cambia (37.308)(37.665)Contratos de futuros 37.440 37.771 331 Ativos - DDI... Valor de curva Valor Obieto de "hedae" (113.767) Empréstimos no exterior - Variação Cambial Contratos de futuros (110.988)124,405 127 520 O objeto de hedge é o empréstimo obtido no exterior, com o acionista controlador indireto Société Générale Paris, conforme nota explicativa nº. 15. A efetividade apurada para esta relação em 31 de dezembro de 2010 estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO **2010** 674.106 Financiamentos de veículos Crédito Direto ao Consumidor - CDC 9.781 119.277 Crédito consignado. 2.756 4.831 Conta garantida Total do crédito. 709.830 b) Composição da carteira por setor de atividade 2009 2010 Setor privado c) Composição da carteira por vencimento de parcelas a carteira Valor 67.795 a carteira Vencidos a partir de 15 dias 101.712 14,33 32,76 116.393 200.968 A vencer de 3 a 12 meses A vencer de 1 a 3 anos 296.677 41.80 220.664 34,77 28.800 300 709.830 634.681 2010 % sobre Valor 105 a carteira 10 seguintes devedores 934 1.378 976 1.674 20 seguintes devedores. 50 seguintes devedores. 0,40 3.305 100 seguintes devedores e) Composição da carteira por nível de risco do cliente Faixa de Provisão sobre Total 588.745

(249) (785) (1.241) 30 50 70 342 7.652 5.319 7.994 5.654 (2.398) (2.827) 281 (3.387)100 (39.081) (52.912) 4.907 595.567 34.174 114.263 Faixa de provisão % 0,5 normal 464.420 **Vencidos** a carteira (2.322) 21.691 20.557 13.717 27.226 24.004 1.205 14.921 577 333 215 10.633 8.411

8.078 7.619 (5.485 8. PROVISÃO PARA PERDAS COM CRÉDITOS Exercício 2010 2009 2º. Semestre 2010 Saldo inicial (60.214)No exercício, foram recuperados crédi operações de crédito, no montante de R\$ 15.900 (R\$ 7.534 em 2009) 9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Créditos tributários (vide nota explicativa nº. 19 a).. Impostos e contribuições a compensar..... Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa n.º 17 d)... Devedores diversos - País. 636 Parcela de curto prazo . Parcela de longo prazo .

10. DESPESAS ANTECIPADAS
Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente pela contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira. A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

Comissões Outros..... 48 16.741 8.920 Total.. Parcela de curto prazo Parcela de longo prazo. 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA 2010 2009 Informações da Credial Empreendimento e Serviços Ltda. 7.133 2.038.000 2.038.000 Quantidade de cotas Participação - % 100 10.156 Patrimônio líquido 8.096 548 Lucro líquido do exercício Movimentação dos investimentos
Saldos no início do exercício.....
Equivalência patrimonial............
Saldos no fim do exercício......

12. IMOBILIZADO É composto por: 2010 Deprecia 2009 Valor Taxa anual de Valor <u>líquido</u> 399 78 30 321 144 416 176 379 (232)Sistema de comunicação Sistema processamento dados 20 10 2.093 (1.677)659 Sistema de segurança. (80)201 Imobilizações em andamento..... 1.900 (3.095)13. INTANGÍVEL

Refere-se, principalmente, ao ágio advindo da incorporação da empresa Galo S.A. pelo Banco em maio de 2008. Totalizando em dezembro de 2010, o montante líquido de R\$ 9.732 (R\$ 11.011 em 2009). 14. DEPÓSITOS

São representados, substancialmente, por captações em depósitos interfinanceiros e por depósitos a prazo com vencimentos até 2012 e são atrelados, principalmente, à variação do CDI. A composição

dos depositos por vericimento e con	no segue.				
			2010		
	Sem	Até 90	De 91 a	Acima de	
Depósitos	vencimento	dias	360 dias	360 dias	Total
À vista	1.234				1.234
A prazo	-	8.099	2.315	5.391	15.805
Interfinanceiros		54,138	272.501	212,162	538.801
Total	1.234	62.237	274.816	217.553	555.840
			2009		
	Sem	Até 90	De 91 a	Acima de	
Depósitos	vencimento	dias	360 dias	360 dias	Total
À vista	1.184				1.184
A prazo	-	9.227	4.985	2.785	16.997
Interfinanceiros	-	263.070	183.174	45.693	491.937
Total	1.184	272.297	188.159	48.478	510.118
15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉS	TIMOS				
				2010	2009
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos em moeda estrange	eira (a)			37.665	113.767
Empréstimos em moeda nacional	(b)			32.160	32.028
Total				69.825	145.795
Parcela de curto prazo				37.665	75.250
Parcela de longo prazo				32.160	70.545
Total				69.825	145.795
(-) D-f					

) Referem-se a empréstimos obtidos no exterior com o acionista controlador indireto Société Général tal neieralinse a empresarios obtitos nice extenir curio actioniza controlado influento societe deferare. Paris, nos valores originais de R\$ 36.740 e R\$ 90.080, com vencimentos até 2011, sujeitos à variação cambial e a juros de 4,96% e 5,26% ao ano, respectivamente. Em 1º de julho de 2010, a Administração do Banco efetuou o pagamento do empréstimo, no montante de R\$ 78.287 devido ao vencimento. Para esses empréstimos, foram feitos "hedges" - risco de mercado - com derivativos no mercado futuro de DDI. marcado a mercado. e em decorrência destes "hedges", houve marcação a mercado positiva dos empréstimos, no montante de R\$ 2.423 (R\$ 1.065 em 2009), registrada como "Despesas de Emprésti-

mos e Repasses". A variação cambial do empréstimo em dólar totalizou o montante negativo de R\$ 326 (positiva em 2009 no montante de R\$ 44.212). (b) Refere-se a empréstimo obtido no exterior, em moeda nacional, no valor original de R\$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito à variação do CDI. 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Impostos e contribuições a recolher...... Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17. b).... Imposto de renda e contribuição social (a). Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)... 66.186 55.743 6.745 7.705

b) Diversas	2010	2009
Cheques administrativos	21	6
Obrigação por aquisição de bens e direitos	135	44
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	17.677	23.623
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n.º 17. b) (b)	1.344	1.877
Provisão para contingências cíveis (nota explicativa nº. 17. b) (c)	943	744
Provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação	655	2
Provisão para pagamento de lojistas	21	415
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº. 21. a)	3.355	7.868
Valores a repassar – Prêmio de seguro	1.565	-
Outras	1.287	3.058
Total	27.003	37.637
Parcela de curto prazo	8.665	13.517
Parcela de longo prazo	18.338	24.120
Total	27.003	37.637
(a) Refere-se, principalmente, a valor a pagar aos antigos acionistas pela		
Panco (pola Galo S.A. incorporada em 1º de maio de 2009) a cor liquidade o		

Banco (pela Galo S.A., incorporada em 1º, de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas igualas, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007, no montante de R\$ 14.111 (R\$ 21.499 em 2009), acrescido da variação do CDI. (b) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos. (c) Refere-se à provisão para processos judiciais cíveis em andamento. Os consultores jurídicos indicam como provável a possibilidade de perda. 17. PASSIVOS CONTINGENTES

17. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais (a) Ativos contingentes. Em 31 de degrambro de 2010 e de 2009 pão foram rede processos judiciais. (a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização (b) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes e obrigações legais por natureza

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (nota explicativa nº 16 a) Contingências trabalhistas - outras obrigações - diversas (nota explicativa nº 16. b) Contingências cíveis - outras obrigações - diversas (nota explicativa nº 16. b) 1.344 1.877 70.062

2010 Ilhistas Saldo Inicial 1.374 Constituição (*). Reversão de 11.642 503 292 12.437 422 6.858 provisão (**) (3.037)(93) (3.557) (207)(342)(89)Baixas por paga Atualização (*) Saldo final...... garantia (***) <u>1.110</u> (*) Registrados na rubrica "Outra

rubrica "Outras receitas operacionais", vide nota explicativa nº 23. (***) Vide nota expli (d) O detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda é o seguinte:

		es iegais –	Contil	ngencias		ngencias	
	fiscais e pr	evidenciárias	cí	íveis	traba	alhistas	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	
	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	
rigação legal(a)	72.937	72.937	-		-		
rdas prováveis (a).	6.745	6.745	943	943	1.344	1.344	
rdas possíveis(b)	16.523	-	20.895	-	7.864		
rdas remotas	11.984		7.809				
al	108.189	79.682	29.647	943	9.208	1.344	

		Contin	igericias			- 2
fiscais e pr	evidenciárias	CÍ	veis	traba	alhistas	
Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	F
reclamado	provisionado	<u>reclamado</u>	provisionado	<u>reclamado</u>	provisionado	(
59.736	59.736	-	-	-	-	(
7.705	7.705	744	744	1.877	1.877	r
28.480	-	-	-	-	-	Ł
1.475		-	-	_		(
97.396	67.441	744	744	1.877	1.877	1
e obrigações	legais - Refere	m-se a obrig	ações legais e	contingência	as relacionadas	r
	Fiscais e pri Valor reclamado 59.736 7.705 28.480 1.475 97.396	reclamado provisionado 59.736 59.736 7.705 7.705 28.480 - 1.475 - 97.396 67.441	fiscais e previdenciárias Valor reclamado cidador valor valor reclamado compositionado reclamado 59.736 59.736 - 7.705 7.705 744 28.480 - - 1.475 - - 97.396 67.441 744			

Contingencias liscais e congações legais - Heterem-se a obrigações legais e contingencias relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco, sendo os principais temas discutidos: (a) Passivos contingentes classificados como feco de perda provável e obrigações legais - COFINS – ampliação da base de cálculo da COFINS – R\$ 6.6186 (R\$ 55.743 em 2009) – ação judicial contestando a ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98), aguardando mandato de segurança. PLANO VERÃO – R\$ 6.051 (R\$ 2.037 em 2009). Trata-se 9.718/98), aguardando mandato de segurança. PLANO VERAO – R\$ 6.051 (R\$ 2.037 em 2009). Trata-se de ação judicial contestando os indices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito judicial. PIS – R\$ 700 (não havia provisão em 2009). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 31 de dezembro de 1999. Aguardando julgamento. IRPJ 1992 – R\$ 2.140 (R\$ 3.204 em 2009). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2010, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3º. Região. IRPJ e CSLL 1990 – R\$ 4.579 (R\$ 4.564 em 2009). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF O processo está aquardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. CSL – R\$ 25 (R\$ 25 em 2009). Refere-se ao o reconhecimento do seu direito de não ser da 3º. Hegiao. CSL – H\$ 25 (H\$ 25 em 2009). Hetere-se ao o reconhecimento do seu direito de nao ser compelida ao recolhimento da antecipação da CSL instituída pelo artigo 8º da Lei 7.787/89. Aguardando julgamento do recurso de apelação. (b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível IRPJ e CSLL - R\$ 11.780 (R\$ 11.260 em 2009). Suposta irregularidade nos recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se análise de admissibilidade do recurso. - Contingências Trabalhistas - São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extrac" a nos ex-empregados de empreses terceiradas com pedidos de reconhecimento de por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregaticio e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. <u>Contingências Cíveis</u> - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais oc clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS
Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

de êxito e classificação dos assessores jurídicos

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre prejuizos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias basicamente relativas à provisão para perdas com operações de crédito e à provisão para contingências, a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estando assim compostos:

	Imposto	Contribuição	
	de Renda	Social	Total
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa de Contribuição Social	11.058	6.662	17.720
Contingências	16.394	9.836	26.230
Provisão para perda com créditos	15.298	9.179	24.477
Ajuste a valor de mercado	5	3	8
Saldo final em 31/12/2010	42.755	25.680	68.435
		2009	
	Imposto	Contribuição	
	Imposto de Renda		Total
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa de Contribuição Social		Contribuição	
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa de Contribuição Social Contingências	de Renda	Contribuição Social	
	de Renda 12.786	Contribuição Social 7.672	20.458
Contingências	de Renda 12.786 17.006 14.616	Contribuição Social 7.672 10.204	20.458 27.210

2009 Imposto Contribuição 2010 Imposto Contribuição **social Total** 46.75 social <u>Total</u> 26.651 71.070 Saldo inicial Adicões, líquidas 878 2.255 15.186 9.110 24.296 Baixas, líquidas Ajuste TVM (3.034)(1.845) (4.879) (4) (11) 25.680 68.435 44.419 26.651 71.070

c) Movimentação do imposto de renda diferido passivo, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2010					
	Imposto	Contribuição		Imposto	Contribuição	
	de renda	social	Total	de renda	social	Total
Saldo inicial	(1.788)	(1.073)	(2.861)	(175)	(120)	(295)
Marcação a mercado do hedge		936	2.496	(1.680)	(1.008)	(2.688)
Reserva de reavaliação	8	5	13	67	55	122
Saldo final	(220)	(132)	(352)	(1.788)	(1.073)	(2.861)
				DE	L ATÓRIO DO	S ALID

Aos Acionistas e Administradores do Banco Pecúnia S.A.

Sao Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data,
assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade
da Administração sobre as Demonstrações Financeiras - A Administração do Banco é responsável
pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central
o Brasil e pelos controles internos que ela determinau como precessários para permitir a elaboração do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos. monstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação

O saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referente a 2010, não consti-tuídos, é de R\$ 13.729, sendo R\$ 5.743 referente a contingências, R\$ 7.969 referente a provisão para perdas com créditos e R\$ 17 referente a provisão de realização de ativos. As constituições de crédito tributário foram efetuadas de acordo com estudos técnicos que projetam a geração de lucros tributá-

veis futuros, considerando, também, os aportes adicionais de recursos pelos acionistas. d) Os encargos com imposto de renda e contribuição estão assim demonstrados:

	iiiposto		Continuação	
	de renda		Social	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.582)	(58.917)	(21.582)	(58.917)
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito tributário não contabilizado de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as		14.729	3.237	8.837
diferença permanentes:	(919)	(1.223)	(476)	(735)
Resultado da participação em controladas		137	309	82
Reversão da provisão do ágio sobre incorporação da Galo	621	620	372	372
Provisão para despesas entre empresas ligadas	(1.523)	(1.514)	(914)	(909)
Outras despesas não dedutíveis		(466)	(243)	(280)
 Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as 				
diferença temporárias – crédito tributário não constituido:			_(5.148)	
Despesa) / Crédito de imposto de renda e contribuição social.	<u>(4.104)</u>	13.506	(2.387)	8.102
e) Composição do imposto de renda e da contribuição social di <u>ativo</u> 3ase de cálculo:	feridos	2	010	2009
Prejuízo fiscal e base negativa Diferenças temporárias:		4	14.301	51.144
Provisão para perdas com operações de crédito		6	31.192	58.463
Provisão para contingências			35.576	68.025
Títulos disponíveis para venda			18	44
Total			71.087	177.676
Alíquota de imposto de renda e contribuição social			40%	40%
Crédito tributário sobre diferenças temporárias e prejuízos fisca	นร	···· ==	88.435	71.070
) Projeção de realização dos créditos tributários - O imposto o				

dos serão realizados à medida que as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social sejam revertidos ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo téc nico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos: Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias 13.493

21.717 31.927 8.200 Em 31 de dezembro de 2010, o valor presente dos créditos tributários, calculados com base na metodologia de cálculo de custo de capital próprio – CAPM (Capital Asset Pricing Model) totalizava R\$ 52.610 (R\$ 51.481 em 2009, calculados com base na taxa média projetada do CDI).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20. FATAINIO ELGOIDO a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2010, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 10.135.877 (1.924.185 em 2009) ações nominativas ordinárias, sem valor nominal. Em 24 de maio de 2010, houve um aumento de capital de R\$ 40.000, mediante emissão de 3.949.860 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser R\$ 160.342 e o total de 5.874.045 ações nominativas

ordinárias horimativas, passardo o capital a ser n.3 160.342 e o total de 3.74.043 ações infilinativas ordinárias, sem valor nominal. Este aumento foi registrado e homologado pelo Banco Central em 7 de junho de 2010. Em 30 de junho de 2010, houve novamente um aumento de capital de R\$ 40.000, mediante a emissão de 4.261.832 ações, passando o capital a ser n\$ 200.342 e o total de 10.135.877 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal. Este aumento foi registrado e homologado pelo BACEN em 16 de julho de 2010. b) Dividendos - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido, de acordo com a legislação societária. 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS As transações com partes relacionadas, nos exe são assim resumidas: rcícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir

2010 Ativo Receitas 2009 Ativo Receitas (passivo) (despesas) (passivo) (despesas) Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. Depósitos a vista... (465)(301)Depósitos a prazo (3.563) (1.810) Valores a pagar a sociedades ligadas (36.706)47.163) Despesa de serviços técnicos especializados Banco Société Générale Brasil S.A.: Aplicações em depósitos interfinanceiros Depósitos Interfinanceiros 1.600 (538.801)(55.526) (491.937)(113.767)(311)(1.819)(1.136)Depósitos à vista Depósitos a prazo (465)(7.868)Valores a pagar sociedades ligadas Despesas de serviços técnicos especializados (3.666)(36.706) (47.163)Aplicações em depósitos interfinanceiros. Depósitos interfinanceiros..... 3.801 (538.801 (55.526

(Paris - França). b) Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco Société Générale Brasil S.A. adquiriu as ações do Banco que pertenciam à Tecnicrédito SGPS S.A., correspondendo a 30% do total das suas ações. A partir desta data, o Banco Société Générale Brasil S.A. passou a ser o único acionista do Banco. c) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante pago a título de remuneração dos Diretores no exercício de 2010 foi de R\$ 1.134 (R\$ 1.279 em 2009).

Composição do montante pago aos Diretores: 2010 1.120 Contribuição ao INSS. Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concedeu empréstimos ou adianta

<u>Outras informações</u>: I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concedeu emprestimos ou adianta-mento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, ícasia e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que parti-cipem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores do Banco, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adianta-mentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária - Os membros do Conselho de Administração e Acionistas possu-íam em conjunto a seguinte participação acionária no Banco em 31 de dezembro de 2010 e de 2009: 2010 2009 Ações Ações ordinárias ordinárias Total

onselho de Administração	3	3	5	5
anco Société Générale Brasil S.A	10.135.874	10.135.874	1.346.926	1.346.926
ecnicredito SGPS S.A. (Portugal)			577.254	577.254
tal de ações	10.135.877	10.135.877	1.924.185	1.924.185
. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
			Exercício	
			2010	2009
espesas de serviços técnicos especializados			(73.114)	(73.489)
espesas de serviços de terceiros			(10.696)	(7.891)

Despesas de serviços de tercenos...

Despesas de comunicações...

Despesas de processamentos de dados...

Despesas de transporte...

Despesas de alugueis...

Despesas de matural e conservação de bens... (4.841) (5.061) (1.024) (963) (643) (427) (3.734) Despesas de material. Despesas de serviços – sistema financeiro . Despesas com prestação de serviços corporativos - Paris (nota explicativa nº. 21. a) 6.058 (3.761 (1.293 (3.761) (1.314) 23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercício 2010 2 2009 Recuperação de encargos e despesas 557 Recuperação de encargos e despesas...

Reversão de provisões de contingências trabalhistas (*)...

Reversão de provisões de contingências fiscais (*)...

Reversão de provisões de contingências cíveis (*)...

Outras reversões operacionais...

Reversão de provisão – Ágio sobre Incorporação da Galo S.A.

Reversão de provisão de incentivos fiscais – FINOR... 342 207 89 634 2.482 427 3.037 93 154 2.482 674 Reversão de realização de ativos. 2.035 3.887 Recebimento de parcelas securitizadas Outras rendas operacionais031

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercicio	
	2010	2009
D	(5.070)	(4.500)
Descontos concedidos	(5.079)	(1.563)
Contingências fiscais (*)	(15.278)	(8.659)
Contingências trabalhistas (*)	(503)	(1.374)
Contingências civeis (*)	(293)	(422)
Despesas com indenizações cíveis	(1.323)	` _
Atualização monetária dos valores a pagar aos antigos acionistas	(1.526)	(2.057)
Outras	(730)	(1.031)
Total	(24.732)	(15.106)
(*) Vide nota explicativa n º 17 (c)		

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

critérios adotados para créditos não cedidos.

(*) Vide nota explicativa n.º 17 (c).

25. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, definidos na Resolução n.º 2.099/94 e legislações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale Brasil S.A., com as Instituições integrantes do Grupo Société Generale Brasil e de acordo com as normas vigentes. b) No exercício findo em 31de dezembro de 2010 foram realizadas cessões de crédito com coobrigação com outras instituições financeiras no montante de R\$51.735. O resultado dessas cessões, no montante de R\$ 9.304, foi registrado na rubrica "Receitas de Intermediação Financeira — Operações de Crédito". Os contratos objeto da cessão referem-se a financiamento de véculos, cujos vencimentos ocorrerão até 2015. O valor presente dos contratos cedidos em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 46.303. O valor dos contratos cedidos, atualizado pelas taxas das cessões efetuadas é de R\$ 53.151 e a taxa média dessas cessões foi de 14,69% ao ano e 1,14787% ao mês. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas 1,14787% ao mês. Foi também constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante R\$ 655 na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", de acordo com os mesmos

A DIRETORIA

CONTADORA - Sônia Maria de Oliveira - CRC - 1SP-183.151/O-4 DITORES INDEPENDENTES

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações suficiente e apropriada para fundamentar nossa opiniao. Opiniao - Em nossa opiniao, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pecúnia S.A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ēnfase – Créditos Tributários** - Conforme descrito na nota explicativa nº 19.a às demonstrações financeiras, o Banco mantém imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 68.435 mil (R\$ 71.070 mil em 2009), oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social diferencas temporárias com base na expectativa de geração de lucros tributáveis montante de H\$ 68.435 mil (H\$ 71.070 mil em 2009), oriundos de prejuizos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base na expectativa de geração e lucros tributáveis futuros, consubstanciada em estudo elaborado pela sua Administração. Adicionalmente, conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 13 às demonstrações financeiras, o Barco tem registrado ágio pago pela então controladora Galo S.A. na própria aquisição do Banco, líquido de provisão para incorporação reversa, de forma a remanescer o montante do benefício fiscal a ser por este auferido no montante de R\$ 9.732 mil (R\$ 11.011 mil em 2009). A recuperação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e do referido benefício fiscal do ágio dependem, portanto, da efetivação das ações previstas no estudo, que contemplam aportes de recursos pelos acionistas e dos resultados positivos futuros das operações do Banco. futuros das operações do Banco.

São Paulo, 15 de março de 2011.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Gilberto Bizerra de Souza CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP